



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682368 - SP (2021/0232433-7)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : EVANDRO BARRA NOVA
ADVOGADO : EVANDRO BARRA NOVA - SP240960
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : RODRIGO MANOEL FERREIRA (PRESO)
CORRÉU : SEVERINO CINCINATO DA SILVA FILHO
CORRÉU : MARCELO NASCIMENTO SILVA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar, impetrado em favor de RODRIGO MANOEL FERREIRA, em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Recurso em Sentido Estrito n. 0033051-51.2020.8.26.0050).

O paciente foi preso preventivamente em razão de suposta participação em delitos de receptação e organização criminosa.

Sustenta o impetrante que não estariam presentes os requisitos necessários para a segregação antecipada do acusado, ressaltando que os delitos imputados não são praticados com violência ou grave ameaça.

Argumenta que o paciente estaria comparecendo a todos os atos processuais, o que demonstraria que sua liberdade não representa um risco para o processo ou para a ordem pública.

Afirma que não haveria justa causa para a decretação da prisão preventiva, uma vez que não estariam presentes indícios mínimos de autoria.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão de liberdade provisória ao paciente, com ou sem a aplicação de medidas cautelares diversas.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, da leitura do acórdão impugnado, verifica-se que foram declinados os fundamentos para a decretação da prisão preventiva do paciente, consoante se extrai da seguinte passagem (e-STJ fls. 61/64):

"Já na apuração relativa aos corréus SEVERINO e RODRIGO, tem-se que os robustos indícios de autoria delitiva decorrentes das medidas cautelares preparatórias foram, de certa forma, reforçados pela efetiva apreensão dos objetos de origem ilícita nas áreas do terreno "geridas" por cada um deles, observando-se, sobretudo com relação ao último, que as práticas criminosas persistiram mesmo depois da primeira grande operação policial realizada no local, em novembro de 2.018.

De outra parte, ponderou a Justiça Pública que, após a operação "Terrão I", as ocorrências de roubos e

furtos caíram drasticamente na região, vindo, no ano seguinte (2.019), a aumentar de forma expressiva novamente, “em menos de dez meses, foram registrados na área administrada por RODRIGO e MARCELO sete ocorrências relacionadas a roubos e furtos, sem contar as ocorrências registradas na delegacia especializada do DEIC que não constam desta pesquisa”, quadro a evidenciar preocupante persistência na senda criminoso e, ainda, a estreita vinculação com autores de crimes patrimoniais, indicativo de “periculum libertatis” e da gravidade concreta das condutas destinadas a fomentar verdadeira indústria do crime durante anos a fio.

Aliás, em réplica às matérias arguidas pelos Defensores em sede de contrarrazões, apontou a Justiça Pública preocupante situação superveniente: dia 29 de maio de 2.020, em nova diligência realizada pelas Polícias Civil e Militar na área do “Terrão”, verificou-se que os criminosos voltaram a obstruir as vias públicas com manilhas de esgoto feitas de concreto, sendo, na mesma oportunidade, apreendidos mais cinco veículos “adulterados” naquele local (fls. 1.905/1.914).

[...]

Como se não bastasse, ambos os recorridos registram outros apontamentos criminais aptos a reforçar a conclusão a respeito do risco concreto de reiteração criminoso, figurando CINCINATO em inquérito policial destinado a apurar seu envolvimento em “esquema” de defraudação perante o DETRAN-SP (feito sob o nº. 1522524-97.2019.8.26.0050), na hipótese praticado fora do âmbito da organização criminoso objeto de apuração nestes autos, a indicar possível atuação do recorrido em atividades criminais de diversas naturezas.

Já RODRIGO ostenta condenação pretérita e definitiva por porte de arma de fogo ainda não alcançada pelo quinquênio depurador (feito criminal sob o nº.0026721-53.2011.8.26.0050, indicado a fls. 1.714/1.715 e na certidão de execução de fls. 1.730/1.731), algo a reforçar a necessidade da segregação cautelar, consoante requisito legal insculpido no artigo 313, II, do Código de Processo Penal.”

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que:

[...] é firme a jurisprudência desta Corte no sentido de que ‘a preservação da ordem pública justifica a imposição da prisão preventiva quando o agente ostentar maus antecedentes, reincidência, atos infracionais pretéritos, inquéritos ou mesmo ações penais em curso, porquanto tais circunstâncias denotam sua contumácia delitiva e, por

via de consequência, sua periculosidade. (RHC 107.238/GO, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, DJe 12/3/2019)´ (AgRg no RHC n. 131.260/MG, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 22/10/2020).

Nesse contexto, afasta-se a plausibilidade jurídica da medida de urgência e reforça-se a impossibilidade de sua concessão no caso em tela.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência